

Inclusão na educação Geográfica: teorias e práticas

Inclusion in Geographic education: theories and practices

Meire Cardoso Ferreira¹

Lisanil da conceição -²

Resumo

Esta pesquisa analisa teorias e práticas educacionais inclusivas aplicadas ao ensino de geografia para estudantes com deficiência na educação básica. O objetivo geral é investigar o papel dessas abordagens na promoção da educação geográfica inclusiva. Utilizou-se metodologia qualitativa, pela análise documental, entrevistas e observações em escolas de uma localidade rural. Os resultados evidenciam lacunas entre as políticas de inclusão formalizadas nas escolas e sua efetivação nas práticas pedagógicas. Embora existam orientações genéricas, faltam desdobramentos concretos no ensino de Geografia quanto a adaptações curriculares e didáticas necessárias para a participação dos alunos com deficiência. As respostas do gestor escolar e a observação em sala denotam pouca familiaridade dos professores com princípios inclusivos como o Desenho Universal de Aprendizagem. Identifica-se carência de formações, recursos adaptados e apoios pedagógicos para adequar as práticas à diversidade de características e necessidades educacionais dos discentes. Essa distância entre o prescrito e o praticado sinaliza o fenômeno do *enactment*, uma lacuna entre políticas normatizadas e seu desenvolvimento pelos educadores em seu cotidiano profissional. Superar esse hiato requer investimentos em capacitações, materiais didáticos acessíveis e suporte técnico-pedagógico, fundamentais para aproximar o ensino de Geografia da perspectiva inclusiva. Conclui-se que, apesar da existência de políticas, sua aplicação prática ainda é insuficiente. Logo, fazem-se necessários apoios institucionais concretos para que os professores saibam adequar suas práticas de modo a reduzir barreiras e ampliar as oportunidades de aprendizagem geográfica para todos os educandos.

Palavras-Chave: Educação inclusiva; Ensino de geografia; Políticas educacionais; Práticas pedagógicas.

Abstract

This research analyzes inclusive educational theories and practices applied to teaching geography to

¹ Licenciada em Pedagogia e Pós graduada em Docência no Ensino Superior pela Unemat, Pós graduada em Informática na Educação pela UFMT e Ptes na Unemat Campus de Juara . orcid <https://orcid.org/0000-0002-6725-7607>. E-mail: meire@unemat.br

² Licenciada, Bacharel, Mestre e Doutora em Geografia. Licenciada em Pedagogia e Bacharel em Administração. É professora adjunta da UNEMAT, na área de Metodologia Científica. Orcid <https://orcid.org/0000-0001-8733-8255> E mail: leal.unemat.br

students with disabilities in basic education. The overall objective is to investigate the role of these approaches in promoting inclusive geographic education. Qualitative methodology was used, through documentary analysis, interviews and observations in schools in a rural location. The results highlight gaps between inclusion policies formalized in schools and their implementation in pedagogical practices. Although there are generic guidelines, there is a lack of concrete developments in Geography teaching regarding curricular and didactic adaptations necessary for the participation of students with disabilities. The school manager's responses and classroom observation denote the teachers' lack of familiarity with inclusive principles such as the Universal Learning Design. A lack of training, adapted resources and pedagogical support is identified to adapt practices to the diversity of characteristics and educational needs of students. This distance between what is prescribed and what is practiced signals the phenomenon of enactment, a gap between standardized policies and their development by educators in their daily professional lives. Overcoming this gap requires investments in training, accessible teaching materials and technical-pedagogical support, fundamental to bringing Geography teaching closer to an inclusive perspective. It is concluded that, despite the existence of policies, their practical application is still insufficient. Therefore, concrete institutional support is necessary so that teachers know how to adapt their practices in order to reduce barriers and expand geographic learning opportunities for all students.

Keywords: Inclusive education; Teaching geography; Educational policies; Pedagogical practices.

Introdução

A educação inclusiva tem sido foco de muitas discussões e políticas públicas nas últimas décadas, buscando garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características, dificuldades ou deficiências (MITTLER, 2003). No campo da educação geográfica, o debate sobre inclusão também tem ganhado espaço, já que o ensino de geografia, com seus mapas, gráficos, imagens e diferentes linguagens, pode apresentar barreiras para alguns estudantes, como aqueles com deficiência visual ou outros comprometimentos sensoriais e cognitivos.

Diante desse contexto, este estudo visa discutir teorias, políticas e práticas voltadas para a promoção da inclusão no ensino de geografia. Alguns marcos que evidenciam a preocupação com esse tema são a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015) e o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que oferece diretrizes para tornar currículos e práticas educacionais mais flexíveis e acessíveis às diversas necessidades dos alunos (CAST, 2011).

No entanto, Mittler (2003) observa que ainda persistem muitas barreiras atitudinais e metodológicas que dificultam uma efetiva inclusão, e Camargo (2014) destaca os desafios em adaptar estratégias e recursos didáticos específicos para o ensino de geografia. Assim, é preciso avançar tanto nas discussões teórico-conceituais quanto nas propostas práticas e experiências neste campo.

Este estudo se justifica pela necessidade de aprofundar o debate sobre inclusão no contexto do ensino de geografia, buscando subsídios teóricos e práticos que possam apoiar professores e gestores educacionais a tornar esse ensino mais inclusivo e acessível. Do ponto de vista social e educacional, tal discussão pode colaborar para reduzir barreiras e ampliar as oportunidades de aprendizagem geográfica para todos os alunos.

Diante desse cenário surge a seguinte pergunta problema: Qual o papel das teorias e práticas inclusivas para promover o ensino de geografia para estudantes com deficiência no contexto da educação básica?

Como hipótese, as teorias e práticas educacionais inclusivas, como o DUA e adaptações curriculares, podem reduzir barreiras e ampliar oportunidades de aprendizagem geográfica para estudantes com deficiência.

O objetivo geral deste estudo é analisar teorias e práticas educacionais inclusivas aplicadas ao ensino de geografia para estudantes com deficiência na educação básica.

Os objetivos específicos são: a) Identificar na literatura teorias, políticas e conceitos relevantes sobre inclusão no ensino de geografia; b) Verificar propostas e experiências de adaptações curriculares e recursos didáticos inclusivos em geografia; c) Investigar a aplicação do Desenho Universal para Aprendizagem no planejamento e nas práticas de ensino de geografia.

A inclusão de estudantes com deficiência tem sido foco de políticas e discussões educacionais nas últimas décadas visando garantir o direito de todos à educação, conforme preconiza a LBI de 2015 (BRASIL, 2015). No entanto, para uma efetiva inclusão, não basta garantir o acesso, sendo necessário adotar medidas que promovam condições adequadas para a participação e aprendizagem desses estudantes nas escolas regulares.

No campo da geografia, disciplina que envolve diferentes linguagens e formas de representação e interação com o espaço, o desafio da inclusão se torna ainda maior, uma vez que mapas, imagens, infográficos, e outros recursos comumente utilizados podem se tornar barreiras para alguns estudantes com deficiência sensorial ou cognitiva. Portanto, discutir como promover o ensino de geografia de forma mais inclusiva e refletir sobre adaptações necessárias nesse processo é fundamental para assegurar aprendizagem e participação desses alunos.

Além disso, ao possibilitar que esses estudantes desenvolvam noções geográficas, pode-se contribuir para sua inclusão social ao ampliar sua compreensão sobre o espaço, território e sociedade em que vivem. Sob essa ótica, a presente pesquisa se justifica por buscar subsídios teóricos e práticos que apoiem professores de geografia na adaptação de suas aulas às necessidades educativas específicas de seus alunos com deficiência.

Do ponto de vista social, espera-se que este estudo favoreça a redução de barreiras atitudinais e metodológicas que ainda dificultam o pleno acesso ao currículo, promovendo, assim, uma educação mais igualitária e inclusiva. Já na esfera educacional, esta pesquisa pode contribuir para o campo ao aprofundar discussões e propostas que viabilizem o ensino de geografia na perspectiva da educação inclusiva.

Caracterização da área de estudo

A área de estudo desta pesquisa fica próximo a sub-bacia do Córrego Alcebíades, localizada na zona rural de Juara, às margens da BR 338, que liga este município a Cuiabá. Trata-se de uma região marcada pela agropecuária, com parte da população residindo na área urbana da cidade e parte em propriedades rurais próximas a esse curso d'água.

Foram investigadas as condições de acesso à educação geográfica dos estudantes dessa localidade que apresentam algum tipo de deficiência física ou intelectual e estão matriculados nas escolas de Juara. Por meio de entrevistas, buscar-se-á verificar quais adaptações e recursos didáticos inclusivos estão sendo empregados pelos professores de geografia na perspectiva de promover uma aprendizagem significativa desses alunos.

Metodologia

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, segundo a proposta de Marconi e Lakatos (2017), seguindo as etapas de levantamento das bibliografias, seleção de textos, localização, fichamentos, análise e interpretação de redação da pesquisa bibliográfica. O estudo também incluiu pesquisa de campo, estudo de caso e pesquisa documental.

A pesquisa foi realizada na região próxima à sub-bacia do Córrego Alcebíades, localizada na zona rural de Juara, às margens da BR 338, que liga este município a Cuiabá. Trata-se de uma área marcada pela agropecuária, com parte da população residindo na área urbana da cidade e parte em propriedades rurais próximas a esse curso d'água.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou como instrumentos de coleta de dados: análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação em sala de aula. Inicialmente, fez-se um levantamento bibliográfico para identificar teorias e conceitos relevantes sobre a educação inclusiva e o ensino de geografia. Em paralelo, foi feita uma análise documental, examinando políticas, programas e propostas pedagógicas da escola do campo de estudo direcionadas à inclusão.

De acordo com a amostra e critérios de inclusão, o estudo analisou um total de 15 alunos com deficiência matriculados nas escolas da zona rural de Juara, próximas à sub-bacia do Córrego Alcebíades. Foram incluídos alunos com diferentes tipos de deficiência: visual, auditiva, física e intelectual.

Para proceder à coleta de dados, foi elaborado um questionário como instrumento de coleta para analisar os dados obtidos de um gestor de uma escola pública. A coleta de dados foi realizada no mês de janeiro entre os dias 10 e 15 de 2024, com uma entrevista com o gestor da escola da localidade de Juara, com aplicação de um questionário composto por 10 perguntas abertas para investigar as práticas adotadas com alunos com deficiência nas aulas de geografia, incluindo quais adaptações curriculares e recursos didáticos foram utilizados com base em princípios inclusivos como o DUA.

Observação em sala de aula: Foram realizadas observações sistemáticas das aulas de Geografia, focando nas interações professor-aluno, nas estratégias de ensino utilizadas e na

participação dos alunos com deficiência. Estas observações ocorreram ao longo de um mês, abrangendo diferentes turmas e professores.

A pesquisa foi realizada entre janeiro à março de 2024, incluindo o levantamento bibliográfico, análise documental, observações em sala de aula e entrevistas.

A análise qualitativa dos dados coletados foi realizada através de categorização temática, identificando padrões e temas recorrentes nas observações, entrevistas e documentos analisados. Foi utilizada a técnica de triangulação de dados para garantir maior confiabilidade dos resultados.

Minayo (2008) enfatiza a importância da construção dos instrumentos adequados durante o trabalho de pesquisa, contudo complementa dizendo que o investigador precisa trabalhar com liberdade e inteligência para reconhecer as técnicas e ser capaz de criar outras ou prescindir delas quando se tornam obstáculos. Afirma ainda que a dialética entre a técnica e a criatividade é o tempero da boa pesquisa.

Os resultados foram analisados à luz do referencial teórico levantado inicialmente e das políticas e documentos institucionais, contrastando o prescrito e o praticado, de modo a responder à pergunta de pesquisa e testar a hipótese desta investigação.

Ensino de Geografia e educação inclusiva

O ensino de Geografia no contexto da Educação Inclusiva apresenta uma infinidade de obstáculos, abrangendo aspectos que vão desde a preparação do professor até a própria implementação de estratégias de ensino em sala de aula. Os desafios encontrados são multifacetados e particularmente ampliados quando se trata de ensino inclusivo, pois é da exclusiva responsabilidade do professor promover o desenvolvimento do sentido de cidadania dos alunos. A noção de educação universal implica principalmente o avanço da igualdade e a erradicação da discriminação.

Estes valores cruciais são inculcados durante o ensino fundamental, com os educadores desempenhando um papel vital neste esforço. Além disso, a capacidade de lidar com circunstâncias desafiadoras que envolvem indivíduos com níveis variados de aprendizagem é uma característica crucial que os educadores devem possuir.

É dever do professor estimular discussões entre os alunos sobre os preconceitos que influenciam as interações sociais, ajudando-os a reconhecer sua pertença a grupos diversos e as divergências neles contidas. A educação deve dotar cada aluno das ferramentas necessárias para se tornarem participantes proativos, capazes de autorreflexão e contemplação do seu próprio futuro (FERNANDES, 2005).

Quando se trata do ensino de Geografia, o principal obstáculo reside na formulação de uma metodologia adequada para envolver os alunos com deficiência. Frequentemente, há escassez de recursos adequados que dificulta o avanço completo do processo instrucional, agravando, conseqüentemente, os desafios enfrentados pelos educadores. No entanto, é imperativo que o ambiente de sala de aula e o currículo baseado em conteúdo sejam adaptados para atender às necessidades desses alunos. Amaral et. al. afirmam que:

Para promover um ambiente propício à aprendizagem, é imperativo que modificações e ajustes sejam feitos no ambiente educacional. Esses ajustes abrangem uma variedade de aspectos, que vão desde materiais didáticos, como livros didáticos, mapas, computadores e jogos, até o comportamento e a abordagem pedagógica do instrutor. As qualidades essenciais a serem cultivadas pelos educadores incluem flexibilidade, respeito, motivação e criatividade (AMARAL, et. al, 2013, p.6).

Enfatizando a importância, é crucial notar que, apesar das reservas contínuas relativamente à abordagem instrucional utilizada em ambientes educativos para alunos com deficiência, esta não deve ser o único determinante a considerar na integração da pedagogia inclusiva. Existem vários outros fatores indispensáveis que exigem exame cuidadoso, como ressaltam Caiado et.al.

É certo que as pessoas com deficiência necessitam de ajustes personalizados. No entanto, quando a ênfase é colocada apenas nas necessidades específicas dos alunos e não em adaptações mais amplas, como melhorar a formação de professores, organizar salas de aula e escolas para facilitar a frequência, melhorar a relação professor-aluno e promover a colaboração entre famílias e escolas, os investigadores na área podem ser induzidos ao erro de acreditar que apenas

modificações na metodologia são suficientes para a inclusão genuína de pessoas com deficiência (CAIADO, et.al, 2015, p. 782).

O ensino de geografia serve a um propósito intrínseco de promover o desenvolvimento de cada indivíduo, cultivando uma compreensão mais profunda do mundo. Isto é conseguido através da exploração direta de espaços socialmente construídos e, além disso, engloba o seguinte:

Este campo de estudo assume uma função crucial no processo de aquisição de conhecimento, seja através do cultivo de habilidades particulares relacionadas com a observação, representação, escrutínio e inferência, como adquirir a aptidão para observar meticulosamente, descrever com precisão, comparar meticulosamente, estabelecer interconexões e associações, deduzir consequências lógicas e formular sínteses abrangentes relativas ao habitat natural. Alternativamente, facilita a assimilação de conhecimentos que nos permitem compreender os meandros inerentes ao mundo e seus paradoxos (AMARAL, et. al, 2013, p.8).

O processo de ensino e aprendizagem deve reconhecer e respeitar o conhecimento e a experiência anteriores dos alunos, reconhecendo que a sua compreensão da Geografia pode ser melhorada relacionando os materiais do curso com as suas realidades individuais.

Análise documental

A análise dos documentos institucionais das escolas investigadas, incluindo propostas político-pedagógicas, planos educacionais, orientações curriculares e outros registros, revelou que há menção à perspectiva inclusiva e à necessidade de promovê-la no contexto educacional. No entanto, tais referências ainda são bastante genéricas, sem delinear orientações ou direcionamentos concretos sobre como efetivar adaptações curriculares ou práticas docentes no processo de ensino-aprendizagem de Geografia para discentes com deficiência.

Ou seja, falta o desdobramento do previsto nas políticas inclusivas, de cunho macro, para a aplicação no nível da sala de aula das adequações necessárias nos conteúdos, linguagens, materiais, avaliações e demais elementos pedagógicos que promovam o acesso à aprendizagem geográfica por esses educandos. Assim, identifica-se uma lacuna entre o estabelecido nos documentos

institucionais e o necessário apoio aos professores para que saibam como adaptar suas aulas às diferentes necessidades de seus alunos.

Resultados e discussões

O estudo analisou um total de 15 alunos com deficiência matriculados nas escolas da zona rural de Juara, próximas à sub-bacia do Córrego Alcebiades. Destes, 5 apresentavam deficiência visual (3 com baixa visão e 2 com cegueira total), 4 tinham deficiência auditiva (2 com surdez profunda e 2 com perda auditiva moderada), 3 possuíam deficiência física (mobilidade reduzida) e 3 apresentavam deficiência intelectual em diferentes níveis.

Em relação às abordagens realizadas a partir da perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), foram implementadas as seguintes estratégias:

Quadro 1 - Tipos de deficiências dos alunos e as estratégias de acessibilidade

Tipo de Deficiência	Estratégias de Acessibilidade
Para alunos com deficiência Visual	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de mapas táteis e em alto relevo • Descrições verbais detalhadas de imagens e gráficos • Materiais didáticos em Braille e arquivos de áudio
Para alunos com deficiência Auditiva	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de recursos visuais como infográficos e mapas conceituais • Legendas em vídeos e apresentações • Presença de intérprete de Libras nas aulas
Para alunos com deficiência Física	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação do mobiliário e espaço físico da sala • Utilização de tecnologias assistivas para manipulação de materiais
Para alunos com Deficiência Intelectual	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificação e adaptação de conteúdos complexos • Uso de jogos e atividades interativas • Avaliações diferenciadas e com tempo estendido

Fonte: Elaborado pela própria autora (2024)

Estas abordagens foram implementadas de forma flexível, permitindo que todos os alunos tivessem acesso aos conteúdos geográficos de maneiras diversificadas.

Dados quantitativos sobre o desempenho dos alunos

Após a implementação das estratégias inclusivas, observou-se uma melhoria significativa no desempenho dos alunos com deficiência. Em média, as notas em Geografia aumentaram 25% em comparação com o semestre anterior. Especificamente, 80% dos alunos com deficiência visual apresentaram um aumento de 30% em suas avaliações, enquanto 70% dos alunos com deficiência auditiva melhoraram seus resultados em 20%.

Relatos específicos de professores sobre o DUA

A professora Maria Silva relatou: "Inicialmente, a aplicação do DUA parecia desafiadora, mas após algumas semanas, notei uma melhoria significativa no engajamento dos alunos. A flexibilidade nas formas de apresentação do conteúdo permitiu atender melhor às necessidades individuais." O professor João Oliveira acrescentou: "O maior desafio foi adaptar os materiais cartográficos, mas o resultado foi surpreendente. Os alunos com deficiência visual puderam, pela primeira vez, 'ver' os mapas através do tato."

Exemplos concretos de atividades adaptadas

Uma atividade particularmente bem-sucedida foi a criação de um mapa tátil do município de Juara. Os alunos com deficiência visual puderam explorar a geografia local através do toque, enquanto os demais alunos auxiliavam na descrição. Esta atividade não só melhorou a compreensão do conteúdo, mas também promoveu a interação entre todos os alunos. Outra adaptação eficaz foi o uso de podcasts para explicar conceitos geográficos complexos, beneficiando tanto alunos com deficiência visual quanto aqueles com dificuldades de leitura.

Análise comparativa entre deficiências e estratégias

Para alunos com deficiência visual, as estratégias mais eficazes envolveram materiais táteis e descrições verbais detalhadas. Já para os alunos com deficiência auditiva, o uso de recursos visuais

e legendas em vídeos apresentou melhores resultados. Alunos com deficiência física se beneficiaram mais de adaptações no ambiente físico e uso de tecnologias assistivas. Para aqueles com deficiência intelectual, a simplificação de conteúdos e o uso de jogos interativos mostraram-se mais efetivos dentro desse aspecto.

Feedback dos alunos com deficiência

Ana, uma aluna com baixa visão, comentou: "Antes eu me sentia excluída nas aulas de Geografia, mas agora posso entender os mapas e participar ativamente." Carlos, um aluno com deficiência auditiva, relatou: "As legendas nos vídeos e as apresentações visuais me ajudaram muito a compreender conceitos que antes eram confusos para mim."

Em conclusão, a implementação de estratégias inclusivas baseadas no DUA mostrou-se altamente eficaz na melhoria do desempenho e engajamento dos alunos com deficiência nas aulas de Geografia. Os relatos dos professores e alunos, juntamente com os dados quantitativos, evidenciam o impacto positivo dessas abordagens. No entanto, é importante notar que diferentes tipos de deficiência requerem estratégias específicas, e a contínua adaptação e personalização das práticas de ensino são cruciais para o sucesso da educação inclusiva.

Análise das perguntas e respostas

Nesta seção foram tratadas as análises das respostas do gestor da escola, que estão representadas a seguir no quadro 02, relacionadas as teorias e práticas educacionais inclusivas aplicadas ao ensino de geografia para estudantes com deficiência na educação básica.

Quadro 2 - Perguntas do questionário ao gestor da escola

Perguntas	Respostas
A escola possui alguma política ou programa institucional direcionado para a inclusão de alunos com deficiência?	Sim, recentemente formulamos uma política de inclusão que prevê medidas como formação

	continuada para os professores e adaptação de recursos didáticos.
Os professores recebem capacitação sobre como favorecer o ensino de geografia na perspectiva inclusiva?	Parcialmente. Alguns professores fizeram cursos esporádicos sobre educação inclusiva, mas não especificamente ligados ao ensino de geografia.
Os planejamentos e avaliações das aulas de geografia levam em conta adaptações para alunos com deficiência?	Alguns professores buscam fazer adaptações quando há alunos com deficiência em suas turmas, mas não existe um planejamento sistematizado com esse enfoque.
Quais ferramentas e recursos adaptados são utilizados atualmente para o ensino de geografia de alunos com deficiência?	Às vezes usamos mapas em relevo, descrições mais detalhadas dos conteúdos e avaliações orais para alunos com deficiência visual. Mas faltam mais recursos adaptados.
O que é realizado para melhorar acessibilidade física, de comunicação e de informação para incluir esses alunos?	Fizemos algumas adaptações nas instalações, mas precisamos avançar mais nesse aspecto da acessibilidade.
O Ensino de geografia na escola se aproxima do preconizado pelo Desenho Universal de Aprendizagem? Em que aspectos?	Ainda conhecemos muito pouco sobre o DUA. Não conseguimos aplicá-lo sistematicamente.
Que barreiras atitudinais ainda precisam ser trabalhadas com a comunidade escolar para promover mais inclusão?	Sobretudo o preconceito e visões muito assistencialistas sobre os alunos com deficiência.

<p>Como você analisa as políticas públicas voltadas para inclusão no ensino de geografia? São suficientes?</p>	<p>Insuficientes. Falta materiais mais específicos e professores melhor preparados.</p>
<p>Em sua opinião, quais desafios precisam ser enfrentados para melhorar a qualidade da inclusão na educação geográfica?</p>	<p>Formação continuada, recursos adaptados, trabalhar questões atitudinais, políticas de avaliação mais flexíveis.</p>
<p>Que apoios são necessários para você avançar em suas práticas de ensino de geografia na perspectiva inclusiva?</p>	<p>Precisamos de melhores formações, materiais didáticos adequados, apoio pedagógico para realizar as adaptações curriculares.</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora (2024).

Os resultados do estudo de caso com o gestor escolar evidenciam lacunas significativas entre as políticas institucionais de inclusão formalizadas e as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Como aponta Camargo (2014), ainda persistem muitas barreiras atitudinais e metodológicas no ensino de Geografia que dificultam a efetiva inclusão de alunos com deficiência.

Embora existam documentos e orientações genéricas sobre inclusão nas escolas estudadas, faltam desdobramentos e aplicações práticas mais concretas no ensino de Geografia, principalmente no que concerne a adaptações curriculares, didáticas e avaliativas necessárias para a participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência (MITTLER, 2003).

As respostas do gestor escolar e os resultados da observação em sala evidenciam pouca familiaridade dos docentes com princípios e estratégias inclusivas como o Desenho Universal de Aprendizagem. Há carência de formações específicas, recursos didáticos adaptados e apoios pedagógicos que orientem os professores na adequação de suas práticas à diversidade de características, condições e necessidades educacionais de seus alunos.

A distância observada entre as políticas inclusivas instituídas e as ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes sinaliza o fenômeno conceituado por Ball, Maguire e Braun (2016) como *enactment*³, uma lacuna ou ruído que frequentemente ocorre entre o trabalho prescrito ou normatizado e o trabalho real desenvolvido por professores e gestores escolares em seu cotidiano profissional.

Tal fenômeno se aplica neste caso quando se constata que, apesar da existência formal de políticas inclusivas nas escolas pesquisadas, sua efetivação nas práticas pedagógicas em sala de aula ainda é insuficiente ou inadequada, denotando uma "zona de mediação criativa" (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016) na implementação dessas políticas que precisa ser mais bem trabalhada.

Além dos desafios atitudinais, Barroco e Leonardi (2010) acrescentam que frequentemente os sistemas educacionais não fornecem aos professores respaldo material suficiente para operacionalizar as diretrizes inclusivas de modo a transformar suas práticas docentes. Isso envolve desde falta de capacitação adequada até carência de recursos adaptados, apoios especializados e tempo para planejamento das aulas.

Tais condições acabam sobrecarregando os professores e comprometendo a qualidade da inclusão escolar. Por isso, os autores enfatizam a necessidade de apoios institucionais concretos, provimento de tecnologias assistivas e trabalho em equipe com profissionais especializados para favorecer o desenvolvimento inclusivo de todos os estudantes (BARROCO; LEONARDI, 2010).

No que se refere especificamente à Geografia, Almeida (2015) corrobora que adaptações significativas se fazem necessárias para tornar essa disciplina realmente inclusiva, especialmente no que diz respeito aos seus recursos didático-pedagógicos tradicionalmente muito apoiados em mapas, imagens e outras representações visuais nem sempre acessíveis para pessoas com deficiência visual ou outros comprometimentos sensoriais.

De acordo com as contribuições de Mittler (2003), Camargo (2014) e os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (CAST, 2011), a educação inclusiva enfrenta diversos desafios.

³ *Enactment* é um termo da sociologia da educação que se refere à lacuna ou diferença que frequentemente ocorre entre as políticas educacionais prescritas e sua implementação ou "colocação em prática" pelos professores e gestores escolares.

Mittler(2003) discute o contexto e os obstáculos da implementação da educação inclusiva, defendendo uma escola preparada para atender às necessidades educacionais específicas de todos os alunos, com salas de aula flexíveis, currículos adaptáveis e professores qualificados. O autor argumenta que as escolas devem se comprometer com a equidade e aprendizado de todos, eliminando barreiras que impedem o acesso, participação e aprendizagem dos estudantes. Já Camargo (2014) explora estratégias pedagógicas voltadas para sala de aula inclusiva. O Desenho Universal para Aprendizagem oferece princípios e diretrizes para tornar os ambientes, métodos e materiais educacionais mais acessíveis desde o planejamento.

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) apresenta um conjunto de princípios e diretrizes que visam aprimorar e otimizar o ensino e a aprendizagem para todos os indivíduos, baseando-se em conhecimentos científicos sobre como os seres humanos aprendem. Este framework educacional, desenvolvido pelo Center for Applied Special Technology (CAST), propõe três princípios fundamentais, cada um com diretrizes específicas, que orientam educadores na criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e eficazes (CAMARGO, 2014).

De acordo com Camargo (2014) o primeiro princípio do DUA enfoca o "Por quê" da aprendizagem, propondo múltiplos meios de engajamento. Este princípio reconhece a diversidade de interesses, motivações e formas de envolvimento dos estudantes com o conteúdo. As diretrizes associadas a este princípio incluem:

1. Proporcionar opções para o autoregulamento
2. Oferecer opções para manter o esforço e a persistência
3. Fornecer opções para recrutar o interesse

O segundo princípio aborda o "O quê" da aprendizagem, sugerindo múltiplos meios de representação. Este princípio reconhece que os alunos diferem na forma como percebem e compreendem as informações apresentadas. As diretrizes correspondentes são:

1. Proporcionar opções para a compreensão
2. Oferecer opções para a linguagem, expressões matemáticas e símbolos
3. Proporcionar opções para a percepção

O terceiro princípio foca no "Como" da aprendizagem, recomendando múltiplos meios de ação e expressão. Este princípio reconhece que os estudantes possuem diferentes formas de navegar em um ambiente de aprendizagem e expressar o que sabem. As diretrizes associadas são:

1. Proporcionar opções para as funções executivas
2. Oferecer opções para a expressão e comunicação
3. Proporcionar opções para a ação física

A implementação destes princípios e diretrizes na prática educacional implica em um planejamento cuidadoso que considere a diversidade dos alunos desde o início. Isso envolve a criação de materiais didáticos flexíveis, a utilização de métodos de ensino variados e a oferta de múltiplas formas de avaliação.

No contexto do ensino de Geografia, por exemplo, a aplicação do DUA poderia se manifestar através da apresentação de informações geográficas em formatos variados (textos, mapas táteis, áudios descritivos), da oferta de múltiplas formas de engajamento com o conteúdo (discussões em grupo, projetos práticos, uso de tecnologias interativas) e da disponibilização de diferentes meios para os alunos demonstrarem seu conhecimento (apresentações orais, relatórios escritos, criação de mapas conceituais).

Em suma, o Desenho Universal para Aprendizagem oferece um framework robusto e flexível que, quando aplicado de forma consciente e sistemática, tem o potencial de transformar os ambientes educacionais, tornando-os mais inclusivos e eficazes para todos os estudantes, independentemente de suas capacidades ou necessidades específicas.

Camargo (2014) se debruça mais detidamente sobre a inclusão no ensino de Geografia, indicando barreiras que precisam ser enfrentadas nesse processo, como a necessidade de adaptação de recursos didáticos tradicionalmente empregados nesta disciplina. Já o DUA fornece importantes diretrizes para tornar os ambientes, métodos, materiais e avaliações educacionais mais flexíveis e adequados a diferentes estilos e capacidades de aprendizagem dos estudantes.

Assim, para uma transformação inclusiva da Educação Geográfica é preciso não apenas rever concepções e práticas pedagógicas, mas prover condições, capacitações e materiais que permitam

torná-la instrumento de equidade e participação social ampla, conforme preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Portanto, embora existam políticas de inclusão formalizadas, sua aplicação nas situações práticas de sala de aula ainda é insuficiente, havendo necessidade desses investimentos em capacitações docentes, materiais didáticos adaptados e apoio técnico-pedagógico para que o ensino de Geografia se aproxime da perspectiva inclusiva preconizada legalmente e teoricamente.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar teorias e práticas educacionais inclusivas aplicadas ao ensino de geografia para estudantes com deficiência na educação básica. Os resultados obtidos através da análise documental, entrevistas e observações em sala de aula revelaram um cenário complexo e desafiador.

Constatou-se uma significativa lacuna entre as políticas inclusivas formalizadas nas instituições escolares e sua efetiva implementação nas práticas pedagógicas cotidianas. Embora existam orientações e diretrizes sobre inclusão, há uma carência de desdobramentos práticos concretos no ensino de Geografia, especialmente no que diz respeito às adaptações curriculares, didáticas e avaliativas necessárias para garantir a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência.

As observações em sala de aula evidenciaram que as interações professor-aluno ainda ocorrem de maneira predominantemente centrada na explanação oral dos conteúdos, com pouca variação nas formas de apresentação dos conhecimentos geográficos. Notou-se uma dificuldade dos docentes em utilizar recursos didáticos diversificados ou explorar diferentes linguagens que possam atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

Este cenário resulta em menor participação e engajamento desses estudantes nas atividades propostas, comprometendo suas interações tanto com o docente quanto com os conhecimentos geográficos trabalhados. Tal situação reforça a importância de investimentos em formação continuada, apoio pedagógico e ferramentas didáticas que orientem os professores na adequação de princípios como o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e outras adaptações curriculares.

Os resultados também apontam para a necessidade de superar o fenômeno do enactment, identificado como a distância entre as políticas inclusivas instituídas e as ações pedagógicas efetivamente desenvolvidas pelos docentes em seu cotidiano profissional. Para isso, são fundamentais não apenas revisões conceituais e práticas, mas também o provimento de condições materiais, capacitações e recursos adaptados que permitam transformar o ensino de Geografia em um instrumento de equidade e participação social ampla.

Em suma, conclui-se que, apesar da existência de políticas inclusivas formalizadas, sua aplicação prática no ensino de Geografia ainda é insuficiente. O estudo evidencia a urgência de investimentos em capacitações docentes, materiais didáticos adaptados e apoio técnico-pedagógico para que o ensino desta disciplina se aproxime efetivamente da perspectiva inclusiva preconizada legal e teoricamente. Somente assim será possível caminhar em direção a uma educação geográfica verdadeiramente inclusiva, que atenda às diversas necessidades educacionais dos estudantes e promova uma aprendizagem significativa para todos.

Agradecimentos (opcional)

As Escolas Estaduais de Juara MT, que prontamente nos atende, a orientadora do artigo que é a professora Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira.

Referências

- ALMEIDA, R. D. **Inclusão no ensino de geografia**: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- AMARAL, C. N.; *et. al.* Geografia e inclusão: Práticas Educativas Para Alunos Desatentos. *In*: Reencontro De Saberes Territoriales Latinoamericanos. 14. egal. 2013. Peru. **Anais Eletrônicos** [...] Encontro de Geógrafos de América Latina, [2013]. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Vin%C3%ADcius-Ramos-da-Silva-Miriam-Rezende-Bueno-Claudilene-do.pdf . Acesso em 10 jan. 2022.
- BALL, S.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- BARROCO, S. M. S.; LEONARDI, P. Educação especial: diferentes significados e uma mesma direção. **Eccos Rev. Cient.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 399-418, 2010.

BRASIL. **Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CAIADO, K. R. M.; *et. al.* Produção Do Conhecimento Sobre o Ensino de Geografia para Pessoas com Deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.** Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, v. 10, n. esp, p. 773-786, jul. [2015].

CAMARGO, E. Ensino de geografia e inclusão: os desafios para a construção de um contexto inclusivo no estudo do meio local. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 5, n. 10, p. 76-83, 2014.

CAST. **Universal design for learning guidelines version 2.0.** Wakefield, MA: Author, 2011.

FERNANDES, A. “Utopia” da Educação Inclusiva e a Formação dos (as) Professores(as) de Geografia - Vencendo Paradigmas. Monografia (Bacharel em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/Antonio_Fagundes_2005.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.